



UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DOS MALÊS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

FERNANDO COLONIA

MISSÕES INTERNACIONAIS DE PAZ E A SOBERANIA DE UM ESTADO EM
CONFLITO ARMADO OU LATENTE: CASO DA GUINÉ-BISSAU (1980-2016)

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

FERNANDO COLONIA

**MISSÕES INTERNACIONAIS DE PAZ E A SOBERANIA DE UM ESTADO EM
CONFLITO ARMADO OU LATENTE: CASO DA GUINÉ-BISSAU (1980-2016)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

FERNANDO COLONIA

**MISSÕES INTERNACIONAIS DE PAZ E A SOBERANIA DE UM ESTADO EM
CONFLITO ARMADO OU LATENTE: CASO DA GUINÉ-BISSAU (1980-2016)**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 01/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Marcio André de Oliveira dos Santos – Orientador

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Fábio Baqueiro Figueiredo – Examinador

Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Cláudio André de Souza – Examinador

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
3	JUSTIFICATIVA.....	8
4	OBJETIVOS.....	10
4.1	GERAL.....	10
4.2	ESPECÍFICOS.....	10
5	METODOLOGIA.....	10
6	CRONOGRAMA.....	11
	REFERÊNCIAS.....	12

1 INTRODUÇÃO

Como se sabe, a ideia da soberania de um estado pressupõe a sua liberdade, poder e capacidade para tomar suas próprias decisões, com vista ao desenvolvimento do país. E, este pensamento não é diferente entre os guineenses, aliás, faz parte dos pilares que alicerçaram a determinação dos combatentes da liberdade da pátria. Era maior sonho, desejo, ambição e necessidade do Amílcar Lopes Cabral exposto de forma explícita no seu discurso à nação em janeiro de 1973 quando usou a confissão segundo ele de um dos chefes dos colonizadores português, o chefe estava confessando a falência do projeto Guiné melhor quando disse:

O que quer o homem africano é ter, e nós citamos, a sua própria expressão política e social, [...]mas nós chamamos isso a independência, quer dizer a soberania total do nosso povo no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo na paz e na dignidade, a custa do seu próprio esforço e sacrifício marchando com seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça o progresso a que tem direito como todos povos do mundo[...] (CABRAL, 1973).

Analisando Namone (2014) quando disse que a influência externa do processo da independência das colônias portuguesas em África é motivada por diversos acontecimentos e organizações de caráter político e cultural, uma dessas organizações é o movimento pan-africanista. Podemos achar uma semelhança no discurso acima referido com as exigências feitas pelo pan-africanismo no V congresso realizado em Manchester no ano 1945. No qual constava o seguinte:

Queremos a liberdade e o direito de todos os povos a governar-se por si mesmos. Afirmamos os direitos de todos os povos coloniais a controlar o seu próprio destino. Todas as colônias devem libertar-se do imperialismo estrangeiro, seja ele político ou econômico. Os povos das colônias devem ter o direito a eleger seus governantes, a eleger um governo, sem restrições impostas por poder estrangeiro (PADMORE, 1960 apud NAMONE, 2014, p. 50).

Com isso, podemos pensar a soberania almejada por Amílcar a partir do discurso do pan-africanismo, uma vez que segundo Namone (2014) foi nesse período que ele se mudou para Europa (Portugal especificamente), talvez ele tenha inspirado essa ideia da soberania a partir desses discursos. Por isso na nossa pesquisa tentaremos entender o que Cabral entendia pela soberania a através do olhar pan-africanista, e quais são as medidas tomadas pelo governo guineense para garantia da mesma após a morte dele e consequentemente a independência.

Posto isso, antes de qualquer abordagem sobre a temática, julga-se imprescindível analisar a questão da soberania na própria constituição que é a lei mais sagrada da república da Guiné-Bissau, na qual consta no artigo 1^a o seguinte: **“A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária e no artigo 2^a A soberania nacional da República da Guiné-Bissau reside no povo”** (GUINÉ-BISSAU, 1996).

Considerando constantes conflitos militar e político que tem assolado o país no período pós-independência, e que gerou várias intervenções de comunidades internacionais na busca de “solução” dos problemas interno, faz-se necessário procurar entender como se dão essas intervenções. Por outro lado, nesta pesquisa, queremos enfatizar a participação do governo português no conflito político militar de 07 de junho de 1998.

É importante estudar este episódio da história da Guiné-Bissau, pois parece ter sido uma explosão de problemas que estavam latentes dentro da sociedade guineense, ou talvez não estejam apenas foram ignorados pela elite que dominava as forças armada. Em consequência desse conflito a sociedade guineense ficou altamente fragmentada.

A fragmentação referida tem haver com questões étnicas, ou seja, a Guiné-Bissau conta com mais de dez (10) grupos étnicos (DJAU, 2016), o que nem sempre, se não, nunca facilitou no processo da formação da nacionalidade guineense. É um problema muito antigo, o próprio Amílcar Cabral já havia percebido esse obstáculo na realização do projeto da criação da nacionalidade, se não vejamos:

Na realidade social da nossa terra, há a questão de grupos étnicos, é uma fraqueza grande, porque, mesmo nesta sala, pode haver gente ainda que é capaz de pensar: eu sou papel/pepel, eu sou mancanha [...], eu sou mandinga. Isso é uma grande fraqueza da nossa luta e seria muito mau se de facto deixássemos isso avançar, se de facto nós não fôssemos capazes de eliminar tudo isso no caminho da luta (CABRAL, 1978 apud NAMONE, 2014, p. 77).

Segundo o mesmo autor, o PAIGC tinha missão de eliminar essas diferenças entre os guineenses ainda no período da luta, missão essa que não cumpriram após a morte do Cabral e que está gerando sérios problemas para sociedade inclusive o conflito em questão.

A nossa preocupação é: até que ponto o nosso estado consegue tomar suas próprias decisões (exercendo sua soberania) frente às intervenções internacionais? Tendo em vista a sua extrema dependência das tais comunidades?

Ou seja, será que essas intervenções não suplantam a soberania do estado o obrigando a tomar decisões de forma coercitiva? O quanto o governo português participou do conflito de 1998? Considerando o fato de que segundo Rudebeck (2001) foi esse governo que deu proteção e asilo ao presidente deposto João Bernardo Nino Vieira.

2 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Este tema não é muito pesquisado, razão pela qual estamos enfrentando grandes dificuldades no que diz respeito ao acesso aos materiais, entretanto, quanto a ideia da soberania como um todo, e para percepção de forma mais ampla do que pretendemos pesquisar, temos estudado autores como: **Thomas Hobbes** (2016), o Leviatã; **Max Webber**, A política e o espírito da tragédia (DIGGINS, 1999) e **Norberto Bobbio** (2012), Estado, Governo e Sociedade. Também serão fundamentais na realização da nossa pesquisa no futuro, serão acompanhados obviamente de vários artigos, teses e dissertações que poderão ajudar a pesquisar esse assunto, assim como nos assuntos específicos da Guiné-Bissau, que serão mencionados na referência bibliográfica.

De acordo com Gabriel Biondes Nascimento ([2015?]), entende-se por soberania o seguinte: “etimologicamente, a soberania advém do latim *super omnia, superanus* ou *supremitas*, que significa, vulgarmente, o poder supremo e, nesse aspecto, incontestável do Estado, acima do qual nenhum outro poder se encontrar”.

A definição acima nos mostra claramente o que se entende por um estado soberano, e isso vai ao encontro aos ideais dos combatentes da liberdade da pátria, que era o desejo da liberdade das decisões, de fazer o que achar conveniente sem serem pressionados ou terem que prestar conta a nenhuma outra autoridade, de poder tomar suas próprias decisões políticas e económicas. No entanto, entende-se que esse poder de um modo ou de outro exige uma certa independência financeira, caso contrário, o estado em questão corre risco de ficar refém de sua fragilidade económica. Posto isso, vejamos a situação do país em debate:

Guiné-Bissau é um país pequeno com 36.125 km, com 1.544.777 de população, fica localizado na costa ocidental da África, é um país com uma democracia ainda frágil por isso conhecido por seus constantes conflitos políticos e militar o que arrasta o país a uma instabilidade governamental constante e que conseqüentemente faz o país mergulhar cada vez mais na pobreza e precariedade das instituições do estado (GUINÉ-BISSAU, 2016). Razão pela qual, Sant`anna (2008), afirma que o país depende muito de apoio internacional na luta contra o subdesenvolvimento em parte resultado de constantes conflitos interno.

Por outro lado, de acordo com Rudebeck (2001), a Guiné-Bissau contrai uma dívida externa muito elevada e a dependência da ajuda internacional é extrema. Por esta razão urge a necessidade de entendermos a forma como se dão as relações de um estado frágil como é o caso da Guiné-Bissau com as organizações internacionais que vem em nome de missões de paz, uma vez que todas as organizações internacionais são compostas por diferentes países e esses países têm interesses políticos e económicos diferentes, fica evidente que cada decisão de uma organização internacional vem imbuída de interesses dos países membro. Em outras palavras, estamos tentando mostrar que, a Guiné-Bissau enquanto um dependente de ajudas externas é um palco de disputas de interesses internacionais.

Após uma análise sobre a situação financeira do país frente às intervenções internacionais, poderemos chegar uma conclusão sobre a soberania do país.

3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo por se tratar de analisar de forma mais aprofundada e crítica a maneira como se dão as intervenções da comunidade internacional no país pondo a soberania do mesmo em conflito, tem uma relevância tamanha! Ou seja, o estudo se faz necessário por ter uma importância grandíssima para uma melhor compreensão e aprofundamento da temática em abordagem.

É inegável a necessidade que os guineenses têm de compreender essas relações, digo isso porque ultimamente, principalmente depois do atual presidente da República **José Mário Vaz** ter demitido o executivo dirigido pelo PAIGC (partido africano para independência da Guiné e Cabo Verde) liderado por engenheiro **Domingos Simões Pereira** em agosto de 2015, a

esperança de grande parte dos guineenses em nós mesmos (nossos políticos e militares consequentemente nossa soberania) se foi. A única esperança que restou foi a comunidade internacional.

Não é nada confortante ver um povo que lutou bravamente durante 11 anos, sem poderio bélico militar, porém com uma força de vontade muito grande para conquistar a sua independência e soberania hoje a abrir mão de tudo sem se dar conta.

Todavia, de um modo geral, todas as intervenções ou financiamentos recebidos pelo estado da parte da comunidade internacional é vista, aliás, fazem passar uma imagem que faz acreditar uma grande parte da população de que tudo se dá com base na generosidade entre a comunidade e o pequeno país africano (Guiné-Bissau) em crise.

Ademais, como já referimos acima, este tema não é muito pesquisado talvez pelo fato da grande parte da sociedade guineense acreditar que é apenas um gesto de solidariedade, não tem nada em jogo, e, por isso não faz muita diferença ser ou não estudado de forma mais aprofundada e crítica, as poucas e superficiais análises crítica que a comunidade internacional sofre, se resume a um ínfimo número de pessoas, grupos de jovens (principalmente os rappers também conhecidos como cantores da nova geração), com nível acadêmico um pouco mais elevado.

Razão pela qual esse trabalho será muito importante no sentido de que se juntará as demais pesquisas relacionadas ao assunto para servir como apoio as futuras pesquisas, além do mais servirá para ajudar a esclarecer a sociedade guineense sobre essa temática muito mal-entendida por uma grande camada da sociedade.

Também há uma motivação pessoal que envolve esta pesquisa, desde muito cedo sonhei com a vida de um político, sem ter mínima ideia do que seria ser político; quando criança toda vez que me perguntavam o que eu gostaria de ser quando crescer, a minha resposta sempre foi, quero ser presidente de república, e esse desejo ainda está em mim. Por isso considero esta pesquisa fundamental para minha futura vida na arena político guineense, para mim é imperativo entender esse fenômeno tendo em conta que é o dilema da Guiné-Bissau no período pós-independência, no meu ponto de vista é crucial entender esse dilema para o

sucesso político interno, sem abrir mão dos valores mais sagrado de uma nação como a dos guineenses.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar de maneira crítica a forma como ocorre às intervenções internacionais nos assuntos internos, sem perder de vista o princípio de um estado independente e soberano como é o caso da Guiné-Bissau. Ou seja, até que ponto a soberania da Guiné-Bissau consegue sobreviver a sua fragilidade económica e constantes conflitos político e militar.

4.2 ESPECÍFICOS

- Apontar as contribuições internacionais no processo da consolidação da paz na Guiné-Bissau.
- Denunciar caso houver a postura autoritarista da comunidade internacional dentro do estado.
- Contribuir com este trabalho para mais bibliografias a fim de ajudar nas futuras pesquisas que serão desenvolvidas sobre essa temática.
- Proporcionar um olhar crítico sobre as intervenções internacionais nos assuntos internos do país.

5 METODOLOGIA

Assim como todas as pesquisas científicas, principalmente das áreas das humanas, a nossa pesquisa seguirá uma lógica qualitativa e será permeada por uma metodologia a ser seguida, a qual servirá de fio-condutor de todo o processo de investigação da temática em questão. Entretanto, em um primeiro momento, o estudo utilizar-se-á de uma revisão bibliográfica buscando os estudiosos que já estudaram o fenômeno em questão, a fim de dar suporte à comprovação do problema inicialmente levantada, assim como a análise dos resultados encontrados.

Por outro lado, pretendemos fazer uma análise de fontes primárias o que nos leva ao desafio de tentar ter acesso aos documentos oficiais do governo através dos ministérios de negócios estrangeiro, presidência da República (onde fica o gabinete do presidente da República, portanto seu local de trabalho), primatura (local do serviço do primeiro ministro), e qualquer outro que fizer necessário durante a pesquisa.

Também faremos uso de relatórios produzidos pelas organizações internacionais que atuam no país, que publicam anualmente os relatórios detalhando o progresso ou retrocesso governamental e a nível social; doações que o governo recebeu etc.

6 CRONOGRAMA

Ano/Semestre e atividades	2017/2018	2018/2019		2019/2020	
	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1ºsemestr	2º semestre
Adequação do projeto às recomendações da banca	X				
Revisão da literatura		X			
Elaboração da versão inicial do tcc			X		
Versão final/correção				X	
Defesa da monografia (tcc)					X

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

CABRAL, Almicar. **Último discurso (jan. 1973)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsqT9dk>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, A. I. C. **Guiné-Bissau**: integração regional da CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP. [S. l.], 2014.

DIGGINS, John P. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau**: uma análise da elite militar. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43391>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição (1996)**. Bissau, 1996. Disponível em: <<http://www.anpguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Instituto Nacional de Estatística**. 2016. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau**: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso da unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/main.asp?view=Detalha.dissertacao&id=744>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC**: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115896>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

NASCIMENTO, Gabriel Biondes. Soberania: concepção e limitações no estado moderno. **Revista Eletrônica da FACE**, [Aracruz, ES], [2015?]. Disponível em: <http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/Face_Gabriel_Biondes.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

RUDEBECK, Lars. **O colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000**: um estudo de democratização difícil. Tradução António e Maria Lourenço. Uppsala: The Nordic África Institute, 2001.

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo e. **A China e os “PALOP”**: uma análise das relações com enfoque nos países de língua oficial portuguesa. 2008. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1667/1/2008_NanahiraRabelo.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SANTOS, Eduardo Silvestre dos. **O conceito da geopolítica**: uma aproximação histórica e evolutiva: parte 1. [S. l.], 2007. Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/assuntos_diversos_relacoes_internacionais/O%20Conceito%20de%20Geopol%C3%ADtica%20Uma%20Aproxima%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20e%20Evolutiva%201%20Parte.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SANTOS, Gustavo Plácido dos. A centralidade da geopolítica subsaariana no desenvolvimento e consolidação institucional da Guiné-Bissau. **IPRIS Comentário**, Lisboa, 01 abr. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/11862647/A_centralidade_da_geopol%C3%ADtica_subsaariana_no_desenvolvimento_e_consolida%C3%A7%C3%A3o_institucional_da_Guin%C3%A9-Bissau?auto=download>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUSA, Miguel Girão de. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. **Lusíada**: política internacional e segurança, [Lisboa], n. 8, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1024/1/LPIS_n8_5.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

VISENTINI, P. F. **A África na política internacional**: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.